

DIREITOS HUMANOS

JOBIM ANTECIPA PLANO

Ministro da Justiça falou em Genebra

Preocupado com a imagem do Brasil no Exterior, o ministro da Justiça, Nelson Jobim, usou ontem a tribuna da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, para antecipar à comunidade internacional medidas que o governo brasileiro pretende tomar contra ações de violação dos direitos humanos, como chacinas, violência policial e discriminação racial.

Jobim apresentou ao plenário um esboço do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que deve ser anunciado oficialmente no Brasil somente no dia 13 de maio.

O ministro dedicou boa parte do discurso na Comissão para tentar esclarecer os objetivos do governo ao alterar o decreto que introduziu o direito da contestação administrativa nos processos de desapropriação de terras indígenas. O decreto vem sendo criticado por entidades ligadas aos índios, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Ontem, em Brasília, cerca de 300 índios protestaram na Câmara contra o decreto e a política indigenista do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na Europa, Organizações

Não-Governamentais (ONGs) internacionais já enviaram ao governo alemão protestos contra o decreto, pedindo a suspensão de programas de empréstimos ao governo brasileiro. Jobim alegou que, com a nova regra, o governo quer apressar os processos de demarcações, que vinham sendo contestados na Justiça.

O texto do PNDH é genérico. Define o que o governo julga prioritário, começando pela questão da segurança, numa clara referência à preocupação com a repercussão das chacinas urbanas e rurais, como Vigário Geral (RJ) e Corumbiara (RO). A primeira medida "a curto prazo", segundo o texto, é a preparação de dois mapas: da violência urbana e dos conflitos de terra.

A seguir, entra por propostas de revisão de legislação de porte de armas e criação de programas de desarmamentos, passando por "apoiar no Congresso Nacional anteprojeto que altera o atual Código de Trânsito".

No item "Luta contra a impunidade", o texto propõe o "fortalecimento da esfera de atuação da Ouvidoria-Geral da República, a fim de ampliar a participação da população na fiscalização das atividades do governo".